

# AS SINGULARES “RECORDAÇÕES DA CAMPANHA DO PARAGUAY” DE JOSÉ LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Mário Maestri\*

**Resumo:** meio século após o fim do conflito, general de brigada honorário José Luiz Rodrigues da Silva publicou o ensaio “Recordações da campanha do Paraguay”, apoiado sobretudo em sua memória. Ele participou do início do confronto, quando da invasão do Uruguai, em 12 de outubro de 1864, até praticamente o seu fim, com a morte de Solano López, em 1º de março de 1870. Com inúmeros *flashbacks*, o fio condutor da narrativa é a progressão do jovem oficial através do Uruguai, Corrientes e Paraguai. Seu trabalho destaca-se na importante produção memorialística de ex-participantes nas forças imperiais por afastar-se de muitas explicações da historiografia apologética e pela referência a múltiplos aspectos do cotidiano enfrentado sobretudo por oficiais, mas também por *praças de pret*, naqueles anos.

**Palavras-chave:** Bacia do Prata. Guerra do Paraguai. Historiografia

**Abstract:** half a century after the end of conflict, the honorary Brigadier General José Luiz Rodrigues da Silva published the essay *Memories of Paraguay Campaign*, supported mainly in his memory. He attended the beginning of the confrontation, when the invasion of Uruguay, on October 12, 1864, until almost its end with the death of Solano López, on 1st March 1870. With numerous flashbacks, the thread of the narrative is the progression of the young officer by Uruguay, Paraguay and Corrientes. His work stands on important production memoirs of former participants in the imperial forces by moving away from many apologetic explanations of historiography and by reference to many aspects of daily life faced by particular officers, but also by courts *pret* those years.

**Keywords:** River Plate Basin. The Paraguay War. Historiography.

## As memórias tardias de um militar de carreira

Meio século após o fim do grande conflito da bacia do rio da Prata [1864-70], José Luiz Rodrigues da Silva (1924) publicou livro com suas “Recordações da campanha do Paraguay”. O oficial superior reformado do Exército participou naquele conflito, do início dos combates, quando da invasão do Estado Oriental do Uruguai, em 12 de outubro de 1864, pelas tropas imperiais, em intervenção em favor do caudilho Venancio Flores e contra o governo constitucional *blanco*, até praticamente o fim da longa guerra, ocorrida quando da morte em combate de Francisco Solano López, em 1º de março de 1870, em Cerro Corá (CASCUDO, 1927).

Respeitando literalmente o título do livro, o general de brigada honorário do Exército nacional apoiou-se essencialmente nas suas recordações para a produção do ensaio, de 128 páginas, lançado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em 1924. Não são portanto de se estranhar os pequenos lapsos de datas, de nomes, de locais etc. que jamais comprometem a excelência do texto. Com inúmeros *flashbacks*, a narrativa tem como fio condutor geral a progressão do então jovem oficial através do Uruguai, da província de Corrientes e do Paraguai, ainda que o narrador refira-se raramente à sua trajetória e experiência na guerra.

O livro registra a escassa informação sobre as razões profundas da guerra que possuíam os próprios oficiais combatentes, realidade que pouco mudaria passadas décadas da conclusão do confronto. Meio século após o silêncio das armas, Silva (1924) reproduzia as explicações simplistas, apologéticas e fantasiosas do Estado imperial e, a seguir, da historiografia nacional-patriótica sobre as causas do conflito, com destaque para o uso como “pretexto”, por Solano López, da “invasão das forças brasileiras” do “Estado Oriental do Uruguai”, para “agredir-nos de modo descomunal, traiçoeiramente, covardemente [...]”.

Segundo o autor, tal ação teria sido planejada, “muito tempos antes, ressentido [Solano López], dizem, por não haver o Imperador Dom Pedro 2º, o aceitado para genro ao acorrer-lhe a estulta e descabelada pretensão.” (SILVA, 1924, p. 9). Destaque-se que a verdadeira lenda do pedido da mão de uma de suas filhas, negado pelo Imperador do Brasil, não possui qualquer base histórica, apesar de seguir sendo citado, aqui e ali, em trabalhos contemporâneos.

“Recordações da campanha do Paraguay” participa igualmente da execração habitual de Solano López pela historiografia brasileira de então e, não raro, recente, própria ao *lopizmo* historiográfico negativo, que se serve do *mariscal*

para personificar literalmente aqueles complexos sucessos históricos. No mesmo sentido, o autor abraça o elogio desbragado dos oficiais superiores imperiais, nesse caso sem exceções - Osório, Caxias, Mena Barreto etc. Destaca-se avaliação positiva do comando do conde d'Eu por este oficial ferreamente republicano. Apesar dessas concordâncias com a retórica nacional-patriótica, o breve relato constitui obra singular na verdadeira "historiografia de trincheira" sobre o grande conflito sul-americano (MAESTRI, 2013a).

### Historiografia de trincheira

As primeiras obras brasileiras sobre a referida Guerra, em geral de forte cunho memorialista, foram realizadas durante e imediatamente após o conflito (DIAS, 1870; MADUREIRA, 1982). Trataram-se, sobretudo, de narrativas sobre o heroísmo e a abnegação das forças armadas - identificadas essencialmente à oficialidade - "em defesa do Brasil e da 'civilização', agredidos por 'barbárie' corporificada pelo *ditador* paraguaio". "Comumente produto de ex-combatentes, registrou leitura apologética dos fatos desde a *trincheira*" imperial, centrada sobretudo nos combates e despreocupada com as razões profundas do conflito. (MAESTRI, 2009, n.p.)

Ao contrário do habitual nessa produção, Silva (1924) não abraça as explicações tradicionais das dificuldades do Império de vencer a guerra, devido ao pretenso melhor aparelhamento e maior número das tropas paraguaias; à inclemência exclusivamente para as tropas imperiais do clima e do relevo do teatro dos combates; ao fanatismo e misticismo do exército inimigo etc. Explicações que serviram tradicionalmente para justificar a dificuldade do poderoso Império a impor-se à pequena nação hispano-americana, em aliança com a Argentina mitrista e com o Uruguai florista. Em 1864, o Império possuiria em torno a 10.250.000 habitantes. O Paraguai, talvez, vinte vezes menos! (CONRAD, 1975; WHITE, 1989).

Silva (1924) destaca o caráter sempre imprevidente do governo imperial e a incompetência de parte da oficialidade, com destaque para os oficiais dos corpos dos Voluntários da Pátria, guindados aos cargos devido às injunções políticas ou como recompensa ao agenciamento de pessoal fardado à sua custa. Seu trabalho se apresenta como espécie de corroboração da ácida narrativa do cônego francês naturalizado brasileiro João Pedro Gay (1980) sobre a invasão paraguaia do Rio

Grande do Sul, escrita no calor dos acontecimentos, ou do diário do conde d'Eu sobre sua viagem em busca de seu sogro e da vila de Uruguaiana, então ocupada pelas tropas inimigas, publicado, pela primeira vez, em 1920, quatro anos antes do relato de Silva vir a lume (GAY, 1980; EU, 1981; MAESTRI, 2012).

A avaliação dura e sincera do militar experiente, já há muito tempo em retiro, não deixa dúvidas sobre as enormes deficiências estruturais das forças armadas do Império no grande conflito. Escreveu o general: "Se resplandeu a nosso lado a vitória no Paraguai" foi porque "éramos em número superior, armados e municiados com mais vantagem, primando pela educação militar; enfrentamos, por último, inimigo mais atrasado, pois em valor individual nada deixava a desejar [...]" (SILVA, 1924, p. 56, 124).

Afirmção sobre a escassa capacidade bélica das tropas imperiais que o próprio comandante máximo das mesmas, o então marquês de Caxias, reconheceria, em correspondência privada, em 13 de dezembro de 1868, sem ser capaz de aferrar as razões últimas do fenômeno que descrevia: "[...] todas as vitórias alcançadas [...] têm sido em grande parte devida ao cuidado com que nunca consenti que forças nossas [...] se batessem com as do inimigo sem se acharem muito superiores em número." (DORATIOTO, 1996, p. 70).

### Um exército classista

Na década de 1990, estudos acadêmicos passaram a ler as forças armadas imperiais surgidas da guerra do Paraguai como espécie de cadinho de um mundo novo. A convivência da oficialidade com a tropa, formada por libertos e livres pobres de todas as cores, teria infundido na primeira, proveniente em grande número das classes médias *de então*, verdadeiro espírito democrático e igualitário que teria contribuído para a abolição da escravatura, para a proclamação da República, para a gênese de nova sociedade apoiada na ordem capitalista.

"A guerra do Paraguai", de Ricardo Salles (1990), é indiscutivelmente a mais bem realizada e conhecida expressão dessa vertente interpretativa revisionista. Nela, o autor propõe (SALLES, 1990, p. 110): "A guerra mostrou a esses oficiais o lado podre da laranja; colocou-os em contato e proximidade com o soldado enquanto expressão do povo [sic]." Nesse processo teria se constituído exército nacional profissional, reformista,

descontente com a classe dominante e com as elites dirigentes do Império. O novo exército surgido da longa convivência entre oficiais e soldados na luta no Uruguai, no Rio Grande do Sul e, finalmente, no Paraguai abraçaria um conceito mais amplo de cidadania, identificar-se-ia com os “interesses gerais da nação”; tornar-se-ia o porta-voz das “camadas médias” “de populares e escravos e mesmo fazendeiros não escravistas”; desempenharia “papel de peso no início do processo de transição para uma economia capitalista” (SALLES, 1990, p. 15, 110, 108).

Entretanto, não há comprovação histórica dessa metamorfose, de forças armadas aristocráticas em abolicionistas, populares e progressistas, que teriam dado origem a um novo exército surgido da guerra contra o Paraguai. Silva (1924) contribui para iluminar a real dinâmica interna dessa corporação durante aquele conflito. Uma importante contribuição do relato de Silva (1924), escrito e publicado quando já escasseavam os sobreviventes da guerra, é o registro de cenas quotidianas exemplares do conflito vividas em primeira pessoa, fundamentais para a avaliação dos impasses que contribuíram para que o exército imperial “patinasse” diante de inimigo ao qual ultrapassava substancialmente em homens e em meios, como assinalado por aquele e outros autores.

Um dos maiores *handicaps* negativos das forças armadas imperiais foi o caráter pré-nacional e elitista do exército imperial, produto da inevitável reprodução nas forças armadas das relações de classe da sociedade escravista do Brasil, que separavam oficiais ricos e oficiais pobres e aqueles e estes dos suboficiais e praças de pré, em grande parte negros, mulatos, mestiços, caboclos e índios - realidade referida por Silva (1924) e corroborada por rica informação, em geral fornecida em forma obliqua e indireta, por relatos e documentos sobre aqueles fatos.

### **Carne, charque, sal**

Silva (1924) descreveu uma força armada imperial essencialmente desqualificada para enfrentar frontalmente o esforço de uma população nacional, como a paraguaia, mesmo de poucos recursos, unida em torno da autonomia de seu país, quando da defesa do território nacional; ou seja, após ter-se concluído a desastrosa expedição lopizta ao exterior (MAESTRI, 2013b). Apesar de se deter sobretudo nas dificuldades materiais encontradas pelos oficiais desprovidos de recursos

próprios, como era seu caso, sua narrativa permite entrever as condições desumanas a que foram comumente submetidas as tropas ditas inferiores das forças armadas imperiais.

Segundo apontava e sugeria aquele autor, as praças de pré do exército, da política civil, da guarda nacional, dos voluntários da pátria morreram ou inutilizaram-se às dezenas de milhares apenas devido às deficiências de alimentação, de vestuário, de alojamento, de cuidados militares e à despreocupação relativa do alto mando com as baixas nos combates - realidade nascida do descaso das classes dominantes para com os subalternizados e do atraso da formação social brasileira. A alta valoração militar da valentia pessoal e o desprezo pela vida dos soldados por parte do alto comando imperial, associados à falta de preparo técnico dos mesmos, causaram milhares de mortes de infantes, “levados a atacarem as posições inimigas frontalmente e em linhas cerradas, mesmo quando podiam contorná-las, envolvê-las, cercá-las com menor exposição, como registrou Taunay perplexo”. Esse autor, ainda jovem oficial, anotava perdas de 62 homens em assalto a uma trincheira, “sem dúvida pelo péssimo sistema de se atacarem esses obstáculos de frente e não os torneando [...]”. (MAESTRI, 2009, p. 8; TAUNAY, 2008, p. 76).

Em “Recordações de guerra e de viagem”, referindo-se aos momentos finais da guerra, que presenciara como espécie de escriba do príncipe regente, o futuro visconde de Taunay registrou atônito a divergência de visão entre o célebre general Osório e o conde d’Eu. O primeiro queria atacar “logo de frente desfazendo os meios de resistência do inimigo”. Propunha: “Leva-se tudo [...] a cachações [*pescoçadas*] num instante.” Visão da qual divergiria o então chefe máximo das tropas imperiais, que servida em exércitos europeus: “Mas por que perder inutilmente gente?” (TAUNAY, 2008, p. 52).

### **Em defesa da pátria nacional**

Ao lembrar que a “coluna cerrada” era a “disposição mais predileta” das tropas imperiais “para atacar os pontos fortificados” inimigos, o que levava a que as tropas avançassem sob “bocas de fogo que vomitam bombas, granadas, cachos de uvas, lanternetas”, com enorme mortandade entre os atacantes, Benjamin Constant não deixou de recriminar os combatentes paraguaios por protegerem-se sem pejo na “mata atrás dos paus”,

“zombando da bravura com que” os imperiais eram atacados “a peito descoberto”. E irritava-se com a ordem de os oficiais não usarem “suas divisas em dias de combate”, para não serem alvejados preferencialmente pelos atirados inimigos, e com “oficiais que” se escondiam “atrás dos paus e até fazem buracos no chão para esconder-se nos dias de combates e bombardeios!” (LEMOS, 1999, p. 91).

Na sua célebre descrição da retirada da Laguna, Taunay registrou igualmente seu estranhamento com a tática militar utilizada pelos paraguaios de dispararem fora de forma, em posições que lhe permitissem melhor proteção individual, quase como se estivessem caçando. “Usavam [...] de uma manobra nova: deitavam-se por trás dos acidentes do terreno e daí nos faziam fogo, deixando ver apenas as cabeças; depois, [...] furtavam-se à nossa vista.” (TAUNAY, [s.d.]a, p. 131). Ele se referiria elogiosamente ao “ditador paraguaio” que se esforçava que suas tropas aproveitassem “todos os acidentes do terreno” para se protegerem, não dando as “provas de tamanhas inépcias” fornecidas pelas tropas imperiais (TAUNAY, [s.d.]a, p. 52).

Destaque-se que o eventual uso maleável e disperso tático do soldado, em vez das tradicionais linhas cerradas e rígidas, foi celebrizado quando da Grande Revolução, em 1789. Nos exércitos do *Anciën Regime*, de mercenários e soldados arrolados à força e desinteressados nas razões e nos resultados da luta, as tropas avançavam em formações rígidas, o que facilitava o controle das deserções pelos oficiais. As novas formas de luta nasceram e foram possíveis devido ao interesse dos combatentes franceses na defesa da nação e da revolução.

Distanciado dos sucessos que relatava, o velho oficial assustava-se ainda com o assinalado desperdício da soldadesca enviada à morte em assaltos frontais, sem conveniente ação da artilharia, que o exército imperial possuía em abundância, o que levava a “prejuízos em pessoal e material sem razão de ser”. “Tivéssemos mais preparo guerreiro e a campanha não teria perdurado extraordinariamente com tamanho sacrifício de vidas e dinheiro” - propunha, sintetizando seu desconforto, passadas já décadas daquela hecatombe humana. (SILVA, 1924, p. 17, 124).

### Disciplinando homens livres

Admirador da disciplina consciente e

moralizadora, que não se servia do “vitupério” do castigado, Silva (1924) lembrava desgostoso que ele, oficial, por perder pistola antiquada, talvez durante cavalgada, teve desconto pleno no seu soldo e anotação disciplinar na sua “fé de ofício”, para sempre. Assinala que, naqueles “desumanos tempos de antanho, o extravio de qualquer peça de fardamento por parte das praças do Exército, além do desconto de quinta parte do soldo, importava em pancadas de espada de prancha.” (SILVA, 1924, p. 128) - ou seja, as famosas pranchadas que eram distribuídas aos soldados em forma regular e extrarregular. O castigo físico era prescrito pelos temidos Artigos de Guerra do Conde Lippe, de 1763, que o exército imperial herdara das forças armadas lusitanas. Mas o código militar imperial exigia, explicitamente, conselho peremptório, com direito de defesa, para que um soldado fosse condenado a ele (AVISOS, 1859, p. 298.). Entretanto, o castigo físico era utilizado habitualmente por oficiais, não raro proprietários de cativos, que distribuía pranchadas de espada para disciplinarem as praças de pré, o que causaria graves e imprevisíveis reações.

Francisco Marques Xavier, Chicuta, era tenente no 5º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional, convocado para a defesa do Rio Grande diante do provável ataque paraguaio. Conhecemos parte da correspondência familiar do jovem estancieiro durante a guerra. Em 24 de junho de 1865, escrevendo ao cunhado, contava que, quatro dias antes, tivera a “ocasião de ver dar 300 bordoadas em um soldado por ter desistido da trincheira [desertado]. Hoje já temos soldados no 5º [castigo] porque eles estão vendo que cá não é o que se quer, é o que se pode ser.” (FERNANDES, 1997, p. 45-46). Ou seja, antes mesmo de iniciarem-se os combates, o laço corria solto nas tropas imperiais.

Além do próprio castigo físico, as praças de pré encontravam-se sob a permanente ameaça de execução, como a relatada por Taunay (2008), no caso referente a dois soldados argentinos fuzilados sem mais processo por terem, levados pela fome, matado para comer, a montaria de um oficial sul-rio-grandense. Ou seja, duas vidas por um cavalo! O caso relatado pelo futuro visconde registrava a situação de maior ou menor penúria, no relativo à alimentação, vestuário, abrigo, etc., conhecida comumente por subalternos durante períodos dos combates. Entretanto, toda pena máxima ditada por conselho de guerra, em primeira instância, e confirmada, pela junta militar de justiça, em

segunda, devia ser examinada pela 4ª Secção do Conselho de Estado e aprovada pelo imperador.

### Quem tem direito ao soldo?

Silva (1924) reafirma fenômeno em geral pouco explorado mesmo pelos trabalhos recentes sobre o grande conflito na bacia do rio da Prata. Se os oficiais recebiam o soldo a cada mês, o pagamento das praças podia atrasar até um ano! Arrolado de maio de 1865 a junho de 1866 como engenheiro-militar, André Rebouças (1973) referiu-se a oficiais comandantes com três meses, oficiais de tropa com até seis meses e soldados com um ano de soldos atrasados!

Um atraso literalmente dramático já que, na época, nos exércitos aliancistas, à exceção da ração fornecida diariamente, a *etapa*, restrita, no melhor dos casos, à carne verde [comumente substituída pelo charque], ao sal e à farinha, os combatentes deviam comprar tudo o mais de comerciantes e provedores particulares, verdadeiros assaltantes, que seguiam as tropas em carretas, cargueiros, a pé (FIGUEIRA, 2001). “Os parcos vencimentos, recebidos a 1º do mês, sempre, pontualmente, o que não acontecia entretanto, com as praças de pret, pagas às vezes com atraso próximo de um ano, com dificuldade cobriam as despesas urgentes.” Tal prática ensejava “privações injustas, mal cabidas, tanto mais que o comércio reputava os gêneros de primeira necessidade por preços exageradíssimo, só acessíveis aos oficiais empregados nos estados maiores, cujas gratificações reforçavam o soldo.” (SILVA, 1924, p. 109).

Oficial de escassos recursos, com importante família a cargo, Benjamin Constant desdobrou-se para obter comissão quando no *front* paraguaio, a fim de poder fazer frente às suas obrigações e necessidades, impossíveis de serem cobertas apenas com o soldo simples (LEMOS, 1999). O futuro general honorário assinalou em suas memórias que os oficiais que enviavam parte do soldo para a família no Brasil deviam submeter-se ao “regime dietético do *macaco* assado com farinha na ponta da faca e chá sem açúcar, das folhas da laranjeira!”. O símio assado era o eufemismo malvado com que os combatentes designavam o churrasco de “xarque” “magro como o de cão vagabundo, estendido ao espeto sobre as brasas.” (SILVA, 1924, p. 68).

Espécie de porta-voz tardio dos oficiais sem maiores recursos, José Luiz Rodrigues da Silva

lembra que os mesmos deviam financiar igualmente os custosos fardamentos com o escasso soldo. Devido a isso, aqueles que não possuíam fortuna familiar, portavam comumente “peças de uniformes dos soldados, e na falta, roupa, à paisana, já velha, mais semelhantes a andrajos, tendo por distintivos a espada e os galões do braço tão somente.” (SILVA, 1924, p. 68). Entretanto, para os soldados paraguaios, as tropas aliancistas possuíam cobiçado fardamento, que era trocado pelos andrajos que vestiam, sempre que possível (THOMPSON, 2010, p. 159-169).

### A golpes de moedas de ouro

Silva (1924) enfatiza o que tantos outros contemporâneos seus apenas se referiam, quando se referiram. Enquanto as praças de pré viviam na quase miséria e os oficiais desprovidos de recursos apertavam o cinto para manterem-se com seus magros soldos, os oficiais endinheirados, do Estado Maior e comissionados arranjavam-se para viver com quase conforto, servidos por seus ordenanças/camaradas e abastecidos de tudo que se desejasse junto aos comerciantes e fornecedores.

O velho general relata sobre os diversos acampamentos onde as tropas lagarteavam, não raro, meses a fio, antes de reiniciar o ataque, como o estabelecido nas proximidades da vila de Corrientes, antes de se cruzar o rio Paraná, em Tuyuty, em Asunción etc. “Se a soldadesca continuou de barracas armadas, a oficialidade instalava-se em cômodos ranchos, cobertos de palha e paredes de torrão”, com “curiosas mobílias que cobriam com fazenda, aparentando trabalhos de arte”, realizada por soldados habilidosos, para os oficiais que serviam (SILVA, 1924, p. 33). Sobretudo os oficiais provenientes de famílias abastadas, acostumados a serem em tudo servidos pela criadagem negra, arranjam-se para porem aos seus serviços ordenanças capazes de prestarem os serviços que estavam habituados, quando à refeição, aos cuidados das vestes, das montarias etc. Na falta de alimentos, os “soldados ao serviço particular dos oficiais [...] esforçavam-se por descobrir qualquer cousa” para que *seus* oficiais pudessem comer. Não raro, caçavam, pescavam e plantavam para tal (SILVA, 1924, p. 84).

Ser ordenança/camarada de um oficial bem colocado ou endinheirado era oportunidade certamente buscada por um soldado. Benjamin Constant propunha, sobre essa realidade:

“[...] excetuando aqueles poucos que são camaradas de oficiais ou empregados, a maior parte desta pobre gente não tem uma barraca que lhe sirva de abrigo, dormem ao relento expostos ao sereno e às chuvas, muitos sem mantas, sem capotes”, sujeitos às doenças “com muito maior intensidade” (LEMOS, 1999, p. 155).

A golpes de moeda de ouro, os oficiais argentados garantiam-se condições excepcionais de existência. Nos momentos finais da guerra, Taunay (2008) juntara-se a um grupo de oficiais sul-rio-grandenses igualmente abonados para garantirem, com uma mesada de até doze libras mensais, um excelente cozinheiro que providenciava os almoços e os jantares dignos de suas pessoas.

### A guerra é uma festa

Silva (1924) lembra quase saudoso da vida desbragada dos oficiais, com destaque para os com as algibeiras plenas de patacoões, nos teatros e nos salões de bailes, de banquete, de jogos, de concertos, que foram rapidamente erguidos por empreendedores comerciantes durante os longos anos de combate, nas longas e pachorrentas interrupções do lento avanço das tropas imperiais; realidade que espera uma exploração mais sistemática por nossa historiografia. Silva (1924, p. 44) confessa que o acampamento dos comerciantes constituía verdadeiro “boulevard”, onde se “palestrava com amigos”, “saboreava-se o bom café, os doces finos, os melhores vinhos e cervejas [...] cavaqueava-se, fugitivamente embora, com as hetairas [prostitutas] de alto coturno, de origem platina ou européia”. Damas que lembrava serem “acessíveis apenas aos argentários, aos elevados chefes de gola bordada, calça de galão e chapéu de penacho [...]”.

Já velho general, Silva (1924) lembra-se dos tempos em que sonhava com as mundanas apenas ao alcance dos oficiais superiores e endinheirados. Mas, certamente, ao lado das hetairas de algo coturno, haveria igualmente as acessíveis aos oficiais de guaiacas menos poderosas! Sem dar o nome ao boi, o autor fala de distinto general que se fazia acompanhar de sua querida particular, em cavalo garboso, bem apeirado, nas próprias excursões difíceis, até fazerem-se soar os primeiros tiros.

Em suas “Memórias”, publicadas por sua expressa vontade apenas 100 anos após seu nascimento, em 1946, Taunay refere-se à morte do

general rio-grandense João Manuel Mena Barreto, em 12 de agosto de 1869, atingido por uma bala na virilha, quando do ataque de Piribebuy, terceira capital paraguaia: “Caiu do cavalo nos braços de valente *china*, que o acompanhava sempre, até no meio dos mais rijos combates, o que de certo não era nada regular mas tem grandeza.” (TAUNAY, [s.d.]b, p. 346). Segundo Benjamin Constant (apud LEMOS, 1999), oficiais mandavam seus ordenanças servirem de domésticos a suas amadas de ocasião na vila de Corrientes.

As ruas do comércio desses acampamentos, em cada seção dos acampamentos, possuíam de tudo, a elevado preço, inclusive o que havia de mais moderno, como os estúdios fotográficos, onde os oficiais faziam-se retratar, em uniforme, sozinhos ou em grupos. Os pequenos retratos do tamanho de uma carta de visita [*carte-de-visites*], mais econômicos, eram distribuídos aos parentes, amigos, conhecidos. Em sua “História da guerra do Paraguai”, o major prussiano Max von Versen (1976) relata o constrangimento que sofreu quando o coronel argentino Susini propôs que permutássemos nossos retratos, que ele não dispunha. Temos milhares de fotografias de oficiais imperiais, argentinos, orientais e paraguaios - as de soldados isolados são raríssimas (cf. TORAL, 2001; VERSEN, 1976).

Após a ocupação, a cidade de Asunción teria se transformado igualmente em uma verdadeira micro-Paris, no contexto de um país ainda avassalado pela guerra, pela destruição, pela fome, pela miséria, pela dor: “Hotéis, cafés, bilhares, teatros, casas de bailes, festas de igrejas [...], o convívio confortante de muitas famílias de oficiais chegados do Brasil [...] roçava pelas fronteiras da verdadeira delícia.” (SILVA, 1924, p. 68-69). A jogatina correria também em forma desenfreada, fazendo que passassem para mãos sobretudo dos jogadores profissionais espertos chegados do Brasil “soberanos, a onça de ouro, o mexicano, o dólar”, a libra esterlina. (SILVA, 1924, p. 79).

Definitivamente, a guerra não tratava a todos do mesmo modo, mesmo nas fileiras dos vencedores! Ao contrário, ela teria continuado a ser uma grande festa, ao menos para os que já estavam socialmente habilitados para ela, ou se arranjavam para serem financiados pela cada vez mais exauridas burras imperiais; porque aquela guerra foi, também, um enorme e rendoso negócio, para muitos cidadãos imperiais e sobretudo para o grande comércio e contratadores argentinos e

comerciantes e banqueiros inglês! (FIGUEIRA, 2001).

### O preço da vida e da morte

A diferença entre as chances dos feridos de morrerem ou de viverem devia-se igualmente em forma substancial à situação na hierarquia militar e às libras e patações que os oficiais dispunham. Benjamin Constant escrevia tranquilizando sua esposa que não se assustasse com a “notícia” da epidemia de cólera. Ele não estaria, ou estaria pouco exposto ao mal, já que ele “só tem atacado aos desgraçados soldados que dormem a maior parte [do tempo] ao relento sem roupa para se agasalharem, sem uma alimentação regular” (LEMOS, 1999, p. 145). Entretanto, a epidemia golpearia também oficiais superiores, em bom número.

Em 26 de março de 1867, o cólera eclodira no Paso de la Patria, trazido por passageiros e soldados dos transportes que chegavam amiúde da Corte. Do Paso de la Pátria, a enfermidade alcançaria o acampamento de Tuyuty. Em Curuzu, onde havia enorme concentração de soldados, a enfermidade produziu verdadeira hecatombe. No acampamento, a seguir abandonado, os mortos se contavam por milhares (THOMPSON, 2010; CENTURIÓN, 2010). Em maio de 1867, o cólera golpearia as tropas paraguaias a partir de Paso Gómez, atacando oficiais e praças de pré. O próprio *mariscal* Solano López teria ficado doente. A seguir, a enfermidade se espalharia por parte do Paraguai que jamais a conhecera como epidemia (THOMPSON, 2010).

Silva (1924) lembra que era enorme o descalabro, a sujeira, a falta de recursos e a improvisação dos hospitais militares, onde estudantes do 1º ano das escolas de medicina desempenhavam trabalhos peculiares à alta cirurgia, empunhando os instrumentos cirúrgicos com a maior sem-cerimônia; fala de hospitais sem aparelhos necessários e sem enfermeiros preparados, com instrumentos cirúrgicos sem a exigida assepsia, verdadeiro horror dos feridos; descreve soldados doentes deitados em puro e frio chão, em barraquinhas mal armadas, no hospital central do Exército. Em 1865, em sua viagem em busca de Uruguaiana ocupada, o conde d’Eu assinalara a precariedade do serviço militar na própria província do Rio Grande do Sul (cf. SILVA, 1924; EU, 1981).

Em época em que a medicina praticamente não

dispunha de recursos contra as infecções, o tétano, a gangrena, além da improvável limpeza profilática, nos campos de batalha, médicos e aprendizes de médicos serviam-se normalmente das amputações. Em junho de 1869, o jovem poeta Castro Alves teve perna amputada abaixo do joelho, em operação que não se demorou mais do que dois minutos, por cirurgião que se especializara na prática cirúrgica extremada nos campos do Paraguai. A intervenção foi feita a frio, sem o uso de clorofórmio, devido à fraqueza geral do enfermo (MAESTRI, 2011). Segundo Silva (1924, p. 113), devido ao descalabro dos hospitais militares do Paraguai, muito “raramente escapava das garras da morte quem se via na obrigação de amputar um braço ou uma perna [...].

Antes da invasão do Paraguai, para contornar o perigo de terminarem nos infectos hospitais de sangue do exército imperial, os oficiais argentados meteram igualmente a mão nas algibeiras e fundaram espécie de seguro privado de saúde. A sociedade Saudades do Brasil teria sido inaugurada com banquete de 200 talheres, onde se serviram as “melhores iguarias, os capitosos vinhos e doces procedentes da próxima cidade de Corrientes”, para os generais, comandantes e oficiais presentes. Aos intermináveis discursos e os brindes, regados fartamente ao *champagne*, seguiu-se, à noite, um “baile esplendido”. A jóia de ingresso à sociedade era de três libras esterlinas, a mensalidade, de uma (SILVA, 1924, p. 115).

O Paraguai teria sido igualmente oportunidade de enriquecimento no mínimo pouco ortodoxo, sobretudo para altos oficiais e comerciantes espertos. Silva (1924, p. 66, 77) refere-se rápida e indiretamente ao conhecido saque geral efetuado pelas tropas imperiais da rica e deserta cidade de Asunción, com “prédios abertos [sic], mobiliados com luxo e apuro, armários cheios de roupas finas de homem, mulher e crianças, cristais e talheres de valor, instrumentos e objetivos de arte” que ali jaziam “num abandono incrível”. Silva (1924) descreve longamente o hábito dos paraguaios endinheirados de enterrarem em suas casas e jardins seus bens preciosos, antes de abandonarem a capital, e de oficiais e soldados imperiais e paisanos de cavarem por toda parte, à procura dos tesouros escondidos. Durante longos meses após a ocupação de Asunción, sobretudo os pátios, pisos e paredes das residências mais ricas assumiram a aparência de verdadeiros queijos suíços, de tão esburacados que ficaram, devido à

ávida atividade dos caçadores de tesouros.

Em 12 de agosto de 1869, após a conquista de Piribebuy, caiu nas mãos das tropas aliancistas o perseguido tesouro de guerra de Solano López. O conde d'Eu relatou ao governo imperial o rico achado: “[...] depósitos de farinha, erva mate, vinhos da Europa em grande quantidade, caixões com roupa, diferentes objetos de prata lavrada, numerário de diversos países, uma soma de papel moeda do Brasil” (ORDENS DO DIA, 1877, p. 518). Após o ataque, foi geral o saque das enormes riquezas por parte dos soldados, possivelmente também para substituir os soldos sempre atrasados.

### A cor do oficial

Também é tradicional na historiografia brasileira assinalar a tendência à confraternização entre negros e brancos e o espírito emancipacionista e abolicionista que teriam se desenvolvido nas tropas através da convivência entre oficiais, no geral brancos, e soldados, comumente negros, mulatos, cafuzos, caboclos. Em 1865, na sua viagem para Uruguaiana, o conde d'Eu ressaltou o caráter mestiço dos batalhões de Voluntário da Pátria; afirmou sobre o 31º Batalhão da Corte: “[...] ao inverso de todos os outros batalhões de voluntários, é, na sua maioria, formado de brancos [...]”. Apontaria também a chegada da 1ª companhia dos Zuavos baianos, composta “exclusivamente de negros”, com oficiais “negros retintos”. O príncipe consorte se destacava por seu enorme racismo, que deixa registrado no livro que citamos (EU, 1981, p. 69, 89).

A proposta de democracia racial nas forças imperiais confronta-se com a visão habitual dos oficiais sobre a qualidade do soldado negro ou mestiço. O marquês de Caxias propôs, ao se referir, em correspondência privada, à baixa qualidade militar dos soldados imperiais libertos: “[...] homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos [...]”; visão abraçada igualmente pelo coronel e futuro general e marechal José Antonio Corrêa da Câmara, que explicou o insucesso de assalto à posição inimiga por “nossos soldados de infantaria” serem “os negros mais infames deste mundo, que chegam a ter medo até do inimigo que foge” (DORATIOTO, 2002, p. 274-275); teriam, com toda razão, medo de morrerem por luta que não era definitivamente suas.

Ao escrever aos seus familiares, Benjamin

Constant referiu-se também ao que via como baixa qualidade dos soldados imperiais, obtidos esvaziando “as cadeias” de “criminosos” e com “escravos libertados” por proprietários com o fim de obterem “honras, condecorações, títulos de nobreza, posições oficiais” mais úteis que os serviços prestados pelos “estúpidos e miseráveis cativos”. Uma escória que, segundo ele, indignado, era incumbida “de defender os brios e a honra da nação” (LEMOS, 1999, p. 118, 142).

Silva (1924) acena igualmente às relações raciais no exército, no seio do oficialato, ao lembrar-se do seu “distinto amigo, companheiro de Barraca e de companhia”, no 13º Batalhão de Infantaria, o alferes Teotônio Lopes Barros; anotava que “homem de cor” “jamais negava a sua condição [sic], e, se era convidado a comparecer a qualquer festa particular, furtava-se e respondia logo: ‘Negro não dá carreira certa. Não vou.’” Ou seja, durante a guerra contra o Paraguai, em festa de branco, negro não entrava, mesmo se oficial! Em possível referência à discriminação racial nas promoções, lembrava que, talvez devido à “sua exagerada independência de caráter”, o oficial negro não obtivera a progressão correspondente ao seu valor como oficial (SILVA, 1924, p. 94). Benjamin Constant (apud LEMOS, 1999, p. 135) desdizia em sua correspondência as notícias positivas do *front* enviadas por “um Dr. Dória, o homem (negro) mais adulator, mais imundo que conheço.”

### Bebida, massacre, desordem

Abordando questão singularmente contemporânea, José Luiz Rodrigues da Silva refere-se igualmente ao estresse da guerra. Segundo ele (SILVA, 1924, p. 96), a dilaceração da vida sob as armas, em um combate que parecia não ter fim, teria levado “muitos rapazes distintos na campanha, e oficiais de meia idade”, a contraírem o “terrível vício da embriaguês”, superado por alguns após a guerra e jamais por outros, que “sacrificaram” assim “o futuro risonho que os aguardava.” Em suas célebres “Memórias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay”, Juan Crisóstomo Centurión (2010) assinala que o amplo uso da *caña* pelo exército paraguaio, para aplacar a fome e a dor, para curar enfermidades e afugentar as tristezas etc. teria contribuído ao alcoolismo, após a guerra.

Silva (1924) anota, pontualmente, a questão crítica dos crimes de guerra praticados por oficiais imperiais e aliancistas durante o conflito ao referir-

se a general tarimbeiro, ou seja, sem formação militar institucional, baronizado após a guerra, possivelmente sul-rio-grandense, de poucas luzes; e afirma que sua “feição militar” delinea “um personagem digno de imitação”, e até mesmo de “veneração”, se não lhe tivesse empanado “o brilho [militar] a ação repugnante de mandar trucidar cruelmente no Espinilho, 300 e tantos inimigos indefesos, ali refugiados, depois da batalha do Campo Grande”, em 16 de agosto de 1869 (SILVA, 1924, p. 103). Dias antes, no assalto à vila de Piribebuy, a degola de prisioneiros paraguaios, em boa parte adolescentes e crianças, teria sido praticada amplamente (cf. TAUNAY, [s.d.]; CERQUEIRA, 1929).

Silva (1924) assinala igualmente a deficiência do serviço de informações do Império. Em 1865, o cônego Gay (1980) denunciara no seu relato sobre a invasão paraguaia do Rio Grande o péssimo serviço de polícia na fronteira, com viagens de cidadãos correntinos, entrerrianos, orientais etc. entre Santo Tomé, na província de Corrientes, e São Borja, sem qualquer controle. O que permitiu aos paraguaios informações seguras sobre o que ocorria naquele ponto da fronteira. Segundo o padre João Pedro Gay (1980), espiões das tropas atacantes teriam ateadado fogo à casa do seu irmão, como sinal de que a ocasião era propícia a passagem do rio. Uma realidade que não teria se modificado até o fim da guerra, já que Silva (1924, p. 24) registrou igualmente que os “acampamentos [do exército Imperial] viviam à mercê de quem quisesse percorrê-los”. Segundo ele, penetrava “neles e saía, com franqueza ampla, qualquer indivíduo, sem que lhes fossem às mãos ou, ao menos, o advertissem da obrigação de apresentar-se à autoridade encarregada da identificação conveniente.”

### **O terror lopizta**

Os momentos finais da guerra do Paraguai celebrizaram-se pela duríssima repressão ordenada por Francisco Solano López contra parte dos segmentos das classes dominantes e dignitários do Estado paraguaio, entre os quais se encontravam seus irmãos e irmãs e sua mãe. O lopizmo negativo tem se servido desses sucessos para consolidar as interpretações apologéticas da insanidade, despotismo, barbarismo, etc. do tirano, negando comumente a existência de movimento conspirativo contra o prosseguimento da resistência. Ao contrário, as leituras do lopizmo

positivo ensaiam justificativas ingênuas ou hipócritas sobre aqueles sucessos, em geral sem incorporar à análise o sentido político da repressão (O'LEARY, 1970; MAESTRI, 2013b).

A *operação* militar ofensiva paraguaia em direção ao Mato Grosso, ao Rio Grande do Sul e ao Prata, em apoio do Uruguai, contou com o consenso do bloco político-social dominante paraguaio, conformado sobretudo por estancieiros, plantadores, comerciantes, alto clero, alta oficialidade etc., que se fortalecera durante a era lopizta [1842-1865]. Esse grupo social dependia, no geral, da manutenção e ampliação da economia mercantil-exportadora empreendida pela administração lopista, que tinha sua sorte ligada a livre acesso ao comércio internacional através do Prata, ainda que, nesse momento, já subsistisse segmentos das classes proprietárias interessados no fim do lopizmo e gestão direta do poder.

As amplas classes camponesas do interior do país não foram consultadas sobre a oportunidade da intervenção exterior, apesar do esforço governamental de construção de consenso entre elas sobre aquela operação. A liberação por Solano López do saque no Rio Grande do Sul pode ser eventualmente compreendida como meio de obter o consenso de tropas conformadas essencialmente por segmentos sociais de extração camponesa, que não receberam soldos durante aquelas operações. A baixa belicosidade das tropas paraguaias durante essa ofensiva, com destaque para a rendição de Uruguaiana, sugere adesão superficial à operação no exterior (MAESTRI, 2013b).

A oposição à invasão aliancista do Paraguai, sobretudo após o conhecimento do tratado secreto da Tríplice Aliança, transformou-se em verdadeira guerra de defesa nacional, protagonizada essencialmente pelos segmentos camponeses proprietários, arrendatários e detentores do país, que defenderiam as conquistas que haviam consolidado, com destaque para a era francista. Durante a guerra defensiva, o bloco político-social dominante foi se separando gradualmente de Francisco Solano López, até então sua principal expressão política.

Após a ultrapassagem de Humaitá, quando já se mostrava inevitável a vitória das tropas do Império e impossível impor aos aliancistas paz negociada, o núcleo central do que restava do bloco político-social dominante, no qual a família López desempenhava papel central, tentou

destacar-se da resistência desesperada dos segmentos populares, realizada em torno do *mariscal* (TAUNAY, 2002).

O caráter extremamente duro da repressão aos conspiradores registraria a necessidade de neutralizar pelo terror qualquer prosseguimento de movimento pela rendição, a partir do núcleo central do antigo governo, que já tinha agora Solano López como seu antagonista. Utilizamos aqui a categoria terror em seu sentido político-sociológico, ou seja, a tentativa de imobilização de facções sociais pelo medo das represálias tomadas contra elas. Terror revolucionário e contra-revolucionário, na Revolução Francesa; terror vermelho e branco, na Revolução Russa; terror ditatorial, na Argentina, no Brasil, no Chile etc., durante os regimes militares etc.

Silva (1924) registra os paraguaios e paraguaias, de todas as idades, verdadeiros frangalhos humanos, com que as tropas imperiais depararam-se nos últimos momentos do combate, devido à falta de recursos e à repressão lopizta. “De Capivary em diante, começamos a encontrar pelo caminho gente de Lopez, degolada ou lanceada por sua ordem severa [...]” (SILVA, 1924, p. 91). O autor avança que, com a “exposição dos cadáveres recentes”, Solano López talvez procurasse pôr fim aos esforços de Caxias em “minar-lhe, com diplomacia” [sic], sua autoridade e governo. “Constava no Exército, realmente, à boca pequena, que o notável homem de guerra [Caxias], com as maiores cautelas, tentou um dia corresponder-se com os vultos proeminentes da primeira camada da Capital”. (SILVA, 1924, p. 91).

Silva (1924, p. 91) lembrava pertinentemente que o marquês “sabia manejar com destreza também a arma fina e humanizada que bem distinguiu a individualidade máscula de Talleyrand. Não seria, pois, de surpreender uma tentativa a tal respeito [...]” Nas revoltas regenciais, com o destaque para a farroupilha, após vencer os opositores no campo de batalha, o hábil político e militar imperial costumava obrigar seus oponentes à rendição final com poderosos golpes de centenas de contos de réis!

O fracasso dos esforços de suborno de Caxias foram igualmente registrados por Benjamin Constant, em sua correspondência (LEMONS, 1999, p. 119): “O López não é suscetível de suborno, não se vende. O Caxias supôs que [...] com os imensos recursos de que o governo o rodeia podia assombrar o Paraguai. [...] O exército de moedas com que pretendia, como sempre, vencer o inimigo

tem desaparecido esterilmente [...]”.

Enganava-se, porém, Benjamin Constant. Como sugerira Silva (apud CENTURIÓN, 2010), os eventuais destinatários das tentativas de aproximação de Caxias seriam os membros das classes dominantes dissidentes, entre eles a família López, que também parece ter se esforçado em contatar o inimigo, sobretudo quando do primeiro ataque naval a Asunción, sem sucesso ●

#### Referências

- AVISO de 13 de abril de 1859. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.
- CASCUDO, L. C. 1927. *López do Paraguay*. Natal: A República, 1927.
- CENTURIÓN, J. C. *Memórias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 2010.
- CERQUEIRA, D. *Reminiscências da campanha do Paraguai (1865-1870)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1929.
- CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- DIAS, S. O. *Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai*. Salvador: Diários, 1870.
- DORATIOTO, F. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- DORATIOTO, F. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EU, L. F. F. O. [Conde d']. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- FERNANDES, Ari Carlos. (Org.). *Coronel Chicuta*. Passo Fundo: UPF, 1997.
- FIGUEIRA, D. G. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Edusp, 2001.
- GAY, J. P. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: IEL-EST, 1980.
- LEMONS, R. (Org.). *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999.
- MADUREIRA, A. S. *Guerra do Paraguai*. Brasília: UnB, 1982.
- MAESTRI, M. *Cartas desde o front da guerra do Paraguai. Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009a. [online]. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/34>>. Acesso em 09 abr. 2014.
- MAESTRI, M. *A Guerra contra o Paraguai: história e historiografia. Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 27 mar. 2009b. [online]. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/55579>>. Acesso em 09 abr. 2014.
- MAESTRI, M. *A segunda morte de Castro Alves*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2011.
- MAESTRI, M. O singular relato do cônego João Pedro Gay sobre a Invasão Paraguaia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Estudios Historicos - CDHRP*, Rivera, a. IV, n. 9, Dic. 2012. [online]. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/edicion9/eh0909.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.
- MAESTRI, M. *A guerra no papel*. Porto Alegre: LCM; Passo Fundo, PPGH UPF, 2013a.
- MAESTRI, M. De Yatay a Cerro-Corá: Consenso e dissenso na resistência militar paraguaia. *Estudios Historicos - CDHRPyB*, Rivera, a. V, n. 11, Dic. 2013b. [online]. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/11/art.1%20de%20yatay%20a%20cerro%20cora%20-%20maestri.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

O'LEARY, J. E. *El mariscal Solano López*. 3. ed. Asunción: Casa America, 1970.

ORDENS DO DIA. Exército em operações na Republica do Paraguay. Sob o comando em chefe de todas as forças, de sua alteza o senhor príncipe marechal do Exercito Luiz Felipe Fernando Gastão de Orleans, Conde d'Eu. Compreendendo as 1 a 47. 1869 a 1870. Re-impressa por ordem do Governo. Rio de Janeiro: Francisco Alves de Souza, 1877.

REBOUÇAS, A. *Diário da guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro, 1973.

SALLES, R. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, J. L. R. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *A retirada da Laguna*. Rio de Janeiro: Garnier, [s.d.]a.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]b.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *Diário do exército, campanha do Paraguai (1869-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília: Senado Federal, 2008.

THOMPSON, G. *La guerra del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2010.

TORAL, A. *Imagens em desordem*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.

VERSEN, M. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Italiana, São Paulo, Edusp, 1986.

WHITE, R. A. *La primera revolución popular en America: Paraguay: 1810-1840*. Asunción: Carlos Schauman, 1986.

\* Doutor em História pela UCL, Bélgica. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo/RS. e-mail: maestri@via-rs.net

# GRAMSCI, CLAUSEWITZ, GUERRA E POLÍTICA

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos\*

**Resumo:** o objetivo do texto é esboçar uma resposta às seguintes questões: Qual a relação entre guerra e política no pensamento de Antonio Gramsci? Como relacionar guerra e política em Gramsci às teses sobre tais temas do general prussiano Carl Von Clausewitz? A hipótese central que orienta o raciocínio do artigo sustenta que a abordagem da guerra como metáfora da política - ponto predominante na abordagem da guerra no pensamento de Gramsci - tem sentido muito mais amplo do que a guerra no sentido de um conflito interestatal, conceito trabalhado por Clausewitz. Em que pese a conexão da guerra com a política em ambos os autores, o conflito interestatal se coloca predominantemente no sentido clausewitziano e o sentido mais amplo de guerra como política na abordagem gramsciana.

**Palavras-chave:** Gramsci. Guerra. Política.

**Abstract:** the aim of this text is to draft an answer to the following questions: What is the relationship between war and politics in Antonio Gramsci's thought? How is it possible to make a relationship of war and politics according to Gramsci with Prussian general Carl von Clausewitz's same themes? The main hypothesis of this article points to understand that war as a metaphor of politics approach – predominant point in Gramsci's approach of war – has a broader meaning that war as an interstate conflict, which is Clausewitz's concept. Although the war is connected with politics in both authors, interstate conflict has a stronger emphasis in clausewitzian sense and a wider sense of war as politics is found in gramscian approach.

**Key-words:** Gramsci. War. Politics.

## 1 Introdução

O objetivo deste texto é esboçar uma resposta às seguintes questões: Qual a relação entre guerra e política no pensamento de Antonio Gramsci? Como relacionar guerra e política em Gramsci às teses sobre tais temas do general prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831)?

Não se tem a pretensão de fazer uma abordagem eclética em que se justaponha ou confunda autores com sistemas teóricos, fontes e contextos históricos absolutamente distintos. O objetivo é iniciar uma reflexão sobre eventuais

relações entre ambos no que refere ao tema da guerra e da política.<sup>1</sup> Mesmo frisando tais diferenças, há pequenas coincidências na trajetória e legado intelectual de ambos.

Gramsci e Clausewitz tiveram o cativeiro como momento significativo de suas vidas. O primeiro, prisioneiro do fascismo italiano, redigiu a maior parte de sua obra nas precárias condições do confinamento ao qual foi relegado nos últimos anos de sua vida. As suas cartas e cadernos carcerários são o ponto alto de seu *opus*. O segundo foi